

<b>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DAS EMPRESAS PRÉ-QUALIFICADAS NO PROCESSO Nº SPP 0913/2021</b>		
<b>SOLUÇÃO ROBOTIC PROCESS AUTOMATION (RPA)</b>		
<b>SPP Nº 1473/2021</b>	<b>PROCESSO Nº 913/2021</b>	<b>SERPRO/SEDE</b>

## **SUMÁRIO**

SEÇÃO I - DO OBJETIVO

SEÇÃO II - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ASSOCIATIVO

SEÇÃO III - DA IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DE SOLUÇÕES RPA

SEÇÃO IV - DA CONVOCAÇÃO

SEÇÃO V - DAS FORMA DE COMUNICAÇÃO

SEÇÃO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO I

O **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede na SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70836-900, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, torna público que iniciará, a partir da publicação deste Edital, **chamamento público das empresas pré-qualificadas no processo SPP nº 0913/2021**, com fundamento no [art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei 13.303/2016](#), no [Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO](#) e no [Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO](#).

## SEÇÃO I - DO OBJETIVO

1.1 O presente Edital de Chamamento Público para Seleção de Parceiro Privado contém os termos para seleção do parceiro dentre as 5 (cinco) empresas pré-qualificadas, ora doravante empresas PARCEIRAS, para execução de demandas de soluções RPA, no que se refere ao Edital de Chamamento público para seleção de parceiros privados interessados em participar da estruturação de parcerias em oportunidades de negócio para prover soluções de Robotic Process Automation – RPA, SPP nº 913/2021.

## SEÇÃO II - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ASSOCIATIVO

2.1 As 5 (cinco) empresas pré-qualificadas por meio do edital de chamamento público para seleção de parceiro privado SPP nº 913/2021 serão convidadas, individualmente, para a assinatura do contrato associativo, para provimento, em parceria, de demandas de soluções de Robotic Process Automation - RPA aos clientes do SERPRO, conforme cronograma a seguir, sujeito a alterações:

ETAPA	EXPECTATIVA DE CONCLUSÃO
Publicação da Minuta Contratual	14/12/2021
Convite para assinatura do contrato	20/12/2021
Data-limite para assinatura	30/12/2021

2.2 A minuta contratual consta no ANEXO I deste Edital, podendo suas disposições serem negociadas entre as partes antes da assinatura do instrumento contratual, desde que não contrariem princípios de direito público ou as regras do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.

2.3 Após o recebimento do convite para assinatura do contrato associativo, a empresa pré-qualificada deverá manifestar o seu interesse para negociação das disposições, via e-mail [parceriarpa@serpro.gov.br](mailto:parceriarpa@serpro.gov.br), em até 2 (dois) dias úteis.

2.3.1 Caso a empresa pré-qualificada não se manifeste até a data-limite estipulada, será entendido como recusa à celebração da parceria.

2.4 Apenas as empresas pré-qualificadas que firmarem o contrato associativo com o SERPRO poderão ser convocadas para desenvolvimento e exploração comercial de demandas de soluções RPA, observando as regras dispostas neste Edital.

## SEÇÃO III - DA IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DE SOLUÇÕES RPA

3.1 As demandas de soluções RPA, objeto das parcerias, poderão ser identificadas pelo SERPRO ou pelas empresas PARCEIRAS.

3.1.1 Mesmo que as demandas de soluções RPA tenham sido identificadas por uma das empresas PARCEIRAS, a convocação para o desenvolvimento e exploração comercial respeitará as regras deste Edital.

3.2 As demandas de soluções RPA serão evidenciadas através da manifestação de interesse dos POTENCIAIS CLIENTES do SERPRO.

3.2.1 As demandas de soluções RPA identificadas terão seu escopo avaliado pelo SERPRO, que verificará se há necessidade de atuação em parceria. Caso verificada a necessidade, a demanda estará submetida ao regramento estabelecido neste Edital.

## SEÇÃO IV - DA CONVOCAÇÃO

4.1 O SERPRO, a cada nova demanda de solução RPA identificada, cujo escopo se dará em parceria, fará a convocação de uma empresa PARCEIRA para o desenvolvimento e exploração comercial.

4.1.1 A convocação se dará de forma sequencial, respeitando a ordenação das PARCEIRAS no resultado classificatório do edital de chamamento público para seleção de parceiro privado SPP nº 913/2021, a saber:

P	Razão Social	Pontos Habilitação Pós Recurso	Pontos Qualificação Pós Recurso	Pontos Qualificação-RTE Pós Recurso	Pontuação total Pós Recurso
1º	Solve	25	25	165	215
2º	Capgemini	25	25	135	185
3º	Ernst & Young	25	25	135	185
4º	Global Red	15	25	140	180
5º	Stefanini	15	15	130	160

Tabela 1: resultado classificatório do chamamento SPP nº 913/2021

4.2 Sempre que identificada uma nova demanda de solução RPA, o SERPRO convocará a empresa PARCEIRA com prerrogativa da ordenação, por meio do envio do documento contendo, no mínimo, o descritivo da demanda e, sempre que possível, a classificação, por complexidade, dos processos a serem automatizados.

4.3 A empresa PARCEIRA com prerrogativa da ordenação poderá ser convidada a auxiliar o SERPRO na classificação dos processos a serem automatizados junto ao CLIENTE POTENCIAL, podendo ser posteriormente convocada para o desenvolvimento e exploração comercial.

4.4 Durante o período que compreende o recebimento da Convocação e a data-limite para manifestação, a empresa PARCEIRA poderá se comunicar de forma irrestrita com o SERPRO, para fins de detalhamento e elucidação de dúvidas. Os questionamentos e respostas serão registrados em ata.

4.5 Após o recebimento da Convocação, a empresa PARCEIRA deverá manifestar a sua Aceitação ou Recusa formal, via e-mail [parceriarpa@serpro.gov.br](mailto:parceriarpa@serpro.gov.br), em até 5 (cinco) dias úteis.

4.5.1 Caso a empresa PARCEIRA não se manifeste até a data-limite estipulada, restará caracterizada a recusa à participação na demanda de solução RPA.

4.6 A empresa PARCEIRA poderá recusar formalmente a convocação para desenvolvimento e exploração comercial de uma demanda de solução RPA por até duas vezes, sem prejuízo de sua ordenação.

4.6.1 Ao rejeitar pela terceira vez, a empresa PARCEIRA será reposicionada para a última posição.

4.6.2 Em caso de Recusa formal da empresa PARCEIRA convocada, a próxima PARCEIRA com prerrogativa da ordenação será convocada para o desenvolvimento e exploração comercial da demanda de solução RPA, respeitando o disposto nos itens desta seção.

4.7 Em caso de Aceitação, a empresa PARCEIRA e o SERPRO, em conjunto, desenvolverão o Plano de Negócio Definitivo, que resultará na proposta comercial a ser apresentada ao CLIENTE POTENCIAL.

4.7.1 Ao aceitar a convocação para a demanda de solução de RPA, a empresa PARCEIRA será reposicionada para a última posição.

4.7.2 O SERPRO e a empresa PARCEIRA deverão unir esforços para apresentar a melhor solução possível ao POTENCIAL CLIENTE.

4.7.3 A empresa PARCEIRA deverá fornecer ideias de projetos, sugestões, informações, estudos e dados para a estruturação da proposta comercial a ser desenvolvida, não sendo responsável pela interação e relacionamento com quaisquer órgãos ou entidades públicas.

4.7.4 Caberá exclusivamente ao SERPRO interagir e negociar junto aos CLIENTES POTENCIAIS, com eventual apoio da empresa PARCEIRA.

4.7.5 O Plano de Negócio Definitivo e a proposta comercial poderão ser ajustados, sempre que necessário, durante as tratativas comerciais com o CLIENTE POTENCIAL.

4.7.5.1 Caso o CLIENTE POTENCIAL recuse, de forma definitiva, a proposta comercial apresentada, o SERPRO poderá convocar a próxima PARCEIRA com prerrogativa da ordenação para elaborar, em conjunto, nova proposta comercial a ser apresentada ao CLIENTE POTENCIAL.

4.7.6 Caso o CLIENTE POTENCIAL aceite a proposta comercial, manifestando o interesse na contratação da solução junto ao SERPRO, a empresa PARCEIRA e o SERPRO celebrarão aditivo ao contrato associativo contendo, entre outros, os direitos e as obrigações das partes, inclusive de natureza financeira, técnica, operacional e comercial, vinculadas a demanda de solução RPA.

4.8 A convocação das empresas PARCEIRAS ocorrerá somente quando da identificação de uma demanda de solução RPA, podendo, inclusive, uma ou mais PARCEIRAS não serem convocadas para exploração comercial de uma demanda de solução RPA.

4.9 As empresas PARCEIRAS poderão explorar mais de uma demanda de solução RPA simultânea e sequencialmente.

## **SEÇÃO V - DAS FORMA DE COMUNICAÇÃO**

5.1 As notificações entre o SERPRO e as empresas PARCEIRAS serão realizadas, preferencialmente, por e-mail.

5.2 Cada empresa PARCEIRA deverá indicar o profissional responsável pelo recebimento das notificações, bem como, o profissional responsável pela tomada de decisões perante o SERPRO.

5.3 As reuniões entre o SERPRO e as empresas PARCEIRAS poderão ocorrer via videoconferência ou presencialmente, devendo os resultados serem registrados em ata assinada por todos os participantes ou, caso autorizado previamente pelos participantes, gravadas.

## **SEÇÃO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

6.1 A qualquer tempo, a empresa PARCEIRA poderá solicitar a exclusão de seu nome da Lista Classificatória.

6.2 Havendo indícios de formação de acordo, convênio, ajuste ou aliança visando a combinação de preços e/ ou divisão de clientes entre as empresas PARCEIRAS, o SERPRO realizará a devida apuração, observando o princípio do contraditório e da ampla defesa, e, sendo comprovada atuação combinada, as empresas PARCEIRAS envolvidas serão definitivamente banidas da Lista Classificatória, sem prejuízo à responsabilização criminal e eventual reparação por danos morais e materiais.

6.3 A empresa PARCEIRA deverá, sempre que necessário e dentro do prazo estipulado, prestar ao SERPRO os esclarecimentos necessários para atender às solicitações de órgãos com poderes de investigação e/ou controle da Administração Pública e/ou regulação de atividade profissional.

6.4 As normas, instruções e ordens internas demandadas pelo SERPRO que forem fornecidas à empresa PARCEIRA, por escrito, farão parte integrante do referido processo administrativo de parceria.

6.5 Os casos omissos neste Edital serão dirimidos à luz da Lei 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO e, não sendo suficientes, mediante ajuste entre as partes, passando a solução, em qualquer caso, a ser incorporada ao referido processo administrativo de parceria.

6.6 Para dirimir litígios a respeito do presente instrumento, é competente o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

**CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

<b>QUADRO RESUMO DO CONTRATO</b>	
<b>PARTES:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)</li><li>- PARCEIRA-<b>XXX</b></li></ul>	
<b>FUNDAMENTO LEGAL:</b> artigo 28, § 3º, inciso II, e § 4º da Lei nº 13.303/2016.	<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO NO SERPRO: 0913/2021</b>
<b>OBJETO:</b> O objeto deste Contrato é a associação entre os Parceiros para explorar oportunidade de negócio que consiste na junção de expertises das Partes para a construção da solução de Automação SERPRO com RPA ( <i>Robotic Process Automation</i> ), que possibilitará a oferta de serviços de levantamento e implementação de automação de processos através do uso de robôs, proporcionando maior agilidade e assertividade nos processos dos Clientes.	<b>VIGÊNCIA:</b> 60 meses a partir da data de celebração.
<b>ANEXOS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• ANEXO B - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS</li></ul>	<b>CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO:</b>  ACESSO PÚBLICO

- ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS

ASSINATURAS	
Considera-se Brasília - DF como local de assinatura deste contrato.	
Considera-se como data de celebração do contrato a última data de assinatura digital registrada por uma das Partes.	
<b>Por estarem de acordo com as cláusulas e anexos apresentados adiante neste Contrato, as partes, indicadas no Quadro Resumo e representadas conforme o Preâmbulo, assinam:</b>	
Posicione a estampa da Assinatura aqui <b>&lt;PARCEIRA-XXX&gt;</b>	Posicione a estampa da Assinatura aqui <b>SERPRO</b>
Posicione a estampa da Assinatura aqui <b>SERPRO - GESTOR DO CONTRATO</b>	

**CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

Que entre si celebram a **<razão social da empresa parceira>**, empresa com sede na **<preencher>**, a seguir designada **<preencher>** e representada neste ato pelo seu **(cargo do representante)**, Sr.(a) **(nome do representante)**, doravante denominada simplesmente **<PARCEIRA>**, e o **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**, empresa pública federal, regido pela Lei nº 5.615/1970, com sede no SGAN Quadra 601, Módulo V, CEP 70.836-900, Brasília/DF, inscrito no CNPJ nº 33.683.111/0001-07, adiante denominado SERPRO, representado neste ato pelo seu **(cargo do representante)**, Sr.(a) **(nome do representante)**, doravante denominado simplesmente **SERPRO**, com fundamento no [art. 28, § 3º, inc. II, e § 4º, da Lei 13.303/2016](#), no [Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO](#) e no [Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO](#), conforme Processo Administrativo nº **<número do processo administrativo>** e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES**

1.1 CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO: designativo genérico para os contratos associativos empresariais, típicos e atípicos, que disciplinam a formação de parcerias e outras formas associativas para exploração de oportunidades de negócio específicas e definidas, bem como a aquisição e alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais, regidos predominantemente pelas suas cláusulas, pelas disposições do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do SERPRO, pelos preceitos do Direito Privado e por condições dinâmicas de mercado.

1.2 CLIENTE OU CLIENTE FINAL: é a pessoa, física ou jurídica, contratante do serviço a que se refere a cláusula deste Contrato que dispõe sobre o seu objeto;

1.3 PARTES OU PARCEIRAS: são as empresas, ou instituições de outra

natureza, signatárias do presente instrumento, reciprocamente consideradas;

1.4 [PROGRAMA CORPORATIVO DE INTEGRIDADE DO SERPRO \(PCINT\)](#): conjunto de normas e ações do SERPRO que tem como objetivo orientar a conduta de todos os seus empregados e representantes e de todos aqueles que se relacionam com o SERPRO, de modo a promover a integridade, a transparência e a redução de riscos de atitudes que violem o Código de Conduta e Integridade do SERPRO, a que faz referência ao § 1º do Artigo 9º da Lei n. 13.303/2016.

1.5 [REGULAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PARCERIAS EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO DO SERPRO](#): norma que dispõe sobre os processos de formação das parcerias e outras formas associativas em oportunidades de negócio pelo SERPRO, previstas nos incs. I e II do § 3º do art. 28 da Lei n. 13.303/2016, cujo teor deve ser considerado como anexo e parte integrante das normas prescritas no Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO, na forma do art. 40 da Lei n. 13.303/2016.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

2.1 O objeto deste Contrato é a associação entre os Parceiros para explorar oportunidade de negócio que consiste na junção de expertises das Partes para a construção da solução de Automação SERPRO com RPA (*Robotic Process Automation*), que possibilitará a oferta de serviços de levantamento e implementação de automação de processos através do uso de robôs, proporcionando maior agilidade e assertividade nos processos dos Clientes. A parceria será formada de acordo com as cláusulas estabelecidas neste Contrato e demais condições determinadas em seus Anexos.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - NATUREZA ASSOCIATIVA DESTE CONTRATO**

3.1 O presente contrato é de natureza associativa e, portanto, não há prestação de serviços de uma Parte à outra e não há garantia de resultados.

3.2 A associação é meramente contratual, não havendo constituição ou compromisso de constituição de sociedade entre as Partes.

## **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES**

### **4.1 Sobre as obrigações comuns entre as Partes:**

4.1.1 Cada Parte, mediante apuração prévia, será responsável pela reparação de quaisquer danos causados à outra ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, inclusive na hipótese da subcontratação - se autorizada -, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado.

4.1.1.1 Apurado o dano e caracterizada sua autoria, garantido o contraditório e ampla defesa, a Parte responsável pagará à outra o valor correspondente, mediante compensação ou recolhimento direto.

4.1.2 São de exclusiva responsabilidade de cada Parte, sem qualquer espécie de solidariedade, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal disponibilizado para a execução deste Contrato.

4.1.3 O presente contrato obrigará e disciplinará as partes contratantes, seus sucessores e cessionários, porém nenhuma das partes poderá ceder ou transferir este contrato, ou quaisquer direitos oriundos dele, sem o consentimento prévio e expresso da outra parte.

### **4.2 Sobre as obrigações exclusivas da PARCEIRA:**

4.2.1 É vedado à **PARCEIRA** possuir administrador, ou sócio com poder de direção, que seja familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável por esta contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior, no âmbito do **SERPRO**, situação considerada nepotismo e sujeita a apuração de responsabilidades.

4.2.1.1 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.

4.2.2 A **PARCEIRA**, sempre que solicitada, disponibilizará os dados necessários à apuração de descumprimento de níveis de serviço junto aos clientes finais.

4.2.1 As **PARTES** obrigam-se a tomar conhecimento e a respeitar as Políticas de Integridade ou Conformidade uma das outras, quando existentes.

4.3 Sobre as obrigações exclusivas do **SERPRO**:

4.3.1 O **SERPRO** comunicará à **PARCEIRA**, pela via mais rápida, o início e a cessação dos motivos que impedirem a execução de qualquer serviço.

4.3.2 O **SERPRO** solicitará à **PARCEIRA** o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

#### **CLÁUSULA QUINTA - ANTICORRUPÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE DO SERPRO**

5.1 As PARCEIRAS firmam o compromisso de conduzir a gestão deste ACORDO fundamentado nos mais elevados princípios éticos e morais, estimulando e promovendo a conduta ética dos empregados envolvidos nesta relação ora estabelecida, e atuando decisivamente na prevenção da fraude e corrupção, contribuindo assim para um ambiente de transparência e integridade.

5.2 As PARCEIRAS declaram, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estão cientes e concordam inteiramente com o Código de Ética, Conduta e Integridade do SERPRO, da Política de Integridade e Anticorrupção do SERPRO e do Programa Corporativo de Integridade do SERPRO, disponíveis no endereço <[www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br)>, e da **PARCEIRA**, disponibilizada por esta, bem como se comprometem a observá-los durante toda a execução do presente ACORDO.

5.3 As PARCEIRAS comprometem-se a abster-se de praticar atos que possam constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

5.4 As PARCEIRAS comprometem-se a se submeterem mutuamente a

avaliações de integridade, a qualquer tempo e sempre que solicitadas, tratando os dados recebidos na forma da Lei n. 12.527/2011 e/ou da Lei n. 13.709/2018.

#### **CLÁUSULA SEXTA – COMPARTILHAMENTO DE RESULTADOS**

6.1 No âmbito deste Contrato, as receitas auferidas pela **PARCEIRA** e pelo **SERPRO** decorrerão de contratos celebrados pelo **SERPRO** com os clientes finais, segundo a forma disciplinada em anexo, vinculado a oportunidade de negócio específico ou no Anexo B deste Contrato.

6.2 Os custos de eventuais erros de recolhimentos de tributos sob a responsabilidade do **SERPRO**, em decorrência de informações incorretas por parte da **PARCEIRA**, serão cobrados desta, que se obriga a ressarcir àquele no prazo da notificação.

6.3 As obras intelectuais, ou quaisquer outros ativos, que resultarem da Parceria, são tratadas em cláusula específica.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – COMPARTILHAMENTO DE RISCOS**

7.1 As **PARCEIRAS**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo C deste Contrato.

7.2 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes, alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **PARCEIRA** ou do **SERPRO**.

7.3 A Matriz de Riscos comporta também o compartilhamento de riscos inerentes à oportunidade de negócio específica e definida no objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DESCUMPRIMENTO DESTE CONTRATO**

8.1 A **PARCEIRA** e o **SERPRO** responderão, à proporção dos prejuízos efetivamente causados, pelo descumprimento total ou parcial deste Contrato.

8.2 Esgotados os meios consensuais para provocar a execução do contrato ou para aplicar penalidades pela inexecução, a Parte interessada poderá encaminhar a disputa na forma da cláusula sobre resolução de controvérsias.

8.3 Não constituirá descumprimento os atrasos das partes contratantes no cumprimento de suas obrigações, quando decorrentes de força maior ou caso fortuito, desde que oportunamente comunicados e comprovados.

8.3.1 Ocorrida tal hipótese, será concedido à parte em atraso prorrogação de prazo necessário ao cumprimento da obrigação.

8.4 A tipificação das infrações e suas respectivas penalidades, assim como a disciplina das multas e sua proporcionalidade em relação às infrações, está realizada no Anexo B deste contrato.

### **CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES DESTE CONTRATO**

9.1 Mediante termo aditivo, o presente contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes para atender às necessidades financeiras, comerciais, técnicas e operacionais verificadas ao longo do desenvolvimento e exploração comercial da parceria.

9.2 São vedadas quaisquer alterações que descaracterizem a oportunidade de negócio, acarretem ônus financeiros desproporcionais ao SERPRO ou desrespeitem regras ou princípios do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidade de Negócio do SERPRO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DESTE CONTRATO**

10.1 Qualquer das partes poderá, a seu critério e sem ônus, requerer a rescisão deste Contrato, com antecedência mínima de doze meses e respeitados, em qualquer caso, os direitos de terceiros, notadamente de clientes finais que possuam, ao tempo do requerimento, contratos ativos com o **SERPRO**, o que eventualmente poderá elastecer o referido prazo.

10.2 A rescisão do contrato também poderá se dar por acordo entre as partes.

10.3 Em qualquer caso de rescisão, as Partes deverão estabelecer, de comum acordo, um programa que contenha o planejamento para o encerramento deste Contrato.

10.4 Considerando o art. 59, § 1º, inc. III, alínea “d”, do Decreto n. 2.594/1998, assim como o art. 1º, § 1º, da Portaria SEDDM/ME nº 25.269/2020, desde que em função das medidas impostas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), o SERPRO poderá a qualquer momento rescindir este contrato de forma unilateral e sem ônus.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

11.1 As partes designarão, ao repassar uma à outra, o que é “informação sigilosa”, para efeito deste Contrato, atributo que implicará o não-repasse e não-exposição da informação a terceiros, independentemente de posterior alteração parcial ou ainda do posterior esclarecimento ou complementação.

11.2 Para fins de repasse de informação sigilosa, as partes são classificadas como “parte fornecedora” e “parte recebedora” e o conceito de “informação sigilosa”, independentemente da classificação legal que lhe seja emprestada, se aplica a qualquer dado qualificado (informação, portanto) declarado como sigiloso pela parte fornecedora, seja ele tangível ou intangível, qualquer que seja o repositório que lhe dê materialidade ou acesso.

11.3 Informações notórias, anteriores à divulgação ou legalmente fornecidas por terceiros à parte recebedora não podem ser consideradas “sigilasas”.

11.4 Na ocorrência de ordem judicial, requisição do Ministério Público ou determinação de órgãos de controle de exibição da informação sigilosa, o **SERPRO** e a **PARCEIRA**: (a) limitar-se-ão a informar o que lhe seja perguntado; (b) informarão detalhada e completamente a outra Parte, com máxima urgência, de modo a garantir sua interveniência útil.

11.5 A informação sigilosa poderá ser dada ao conhecimento de terceiros, se houver autorização formal. Além disso:

11.5.1 A parte recebedora somente utilizará informações sigilosas exclusivamente para avaliar uma possível relação estratégica entre ambas;

11.5.2 A parte recebedora, em qualquer hipótese, tratará a informação sigilosa com o mesmo ou maior rigor que a parte fornecedora;

11.5.3 Qualquer vazamento ou divulgação não-autorizada, ainda que acidental, será dada detalhadamente ao conhecimento da parte fornecedora e receberá tratamento de contenção e mitigação por parte da parte recebedora;

11.6 Não há obrigação ou determinação implícita e a leitura e interpretação desta cláusula é estrita.

11.7 Estas disposições obrigam coligadas, subsidiárias e sucessoras das partes, até que haja autorização expressa da parte divulgadora.

11.8 Omissão ou mora na aplicação de qualquer disposição jamais implicará novação ou renúncia.

11.9 Na hipótese desta cláusula vir a ser parcialmente anulada, as disposições remanescentes serão interpretadas em conformidade com o espírito geral do contrato e desta cláusula.

11.10 O sigilo da informação aqui convencionado remanescerá após a rescisão deste Contrato.

11.11 Qualquer esclarecimento ou complementação será tratada com a mesma proteção aqui estabelecida.

12.12 Esta cláusula prevalece sobre qualquer acordo anterior cujo objeto seja o mesmo, restando válidas as cláusulas de termo de confidencialidade que tenha sido celebrado entre as Partes, desde que não diverjam do disposto neste Contrato.

11.13 A presente cláusula abrange todo o processo de compartilhamento de informações que antecede a assinatura do contrato e qualquer circunstância omitida será tratada nos termos de suas diretrizes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1 As partes se comprometem, nos termos do ANEXO A, ao cumprimento das condições e responsabilidades estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - COMUNICAÇÕES E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS**

13.1 Toda comunicação e registro de ocorrências deverá ser realizada por escrito, preferencialmente por e-mail, ou quando realizada em encontro presencial ou virtual, reduzida a termo em ata de reunião.

13.2 Os parceiros são responsáveis pela verificação da efetividade das suas comunicações, devendo, por exemplo, empregar ferramenta de confirmação de leitura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

14.1 O SERPRO, designará formalmente os representantes da empresa (Gestor e Fiscais) para acompanhar e fiscalizar a execução, adotando as medidas cabíveis de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS SOBRE ESTE CONTRATO**

15.1 Para resolver controvérsias em relação ao presente Contrato, em atenção ao art. 109, inc. I, da Constituição da República de 1988, as partes elegem o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

15.2 Alternativamente ao disposto na cláusula anterior, havendo controvérsia entre as Partes a respeito deste Contrato, poderá ser solicitada sua resolução por meio de conciliação, mediação ou arbitragem, a ser realizada por instância e regras escolhidas pelas Partes oportunamente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - OUTRAS DISPOSIÇÕES**

16.1 Uma Parte, não se eximindo das responsabilidades assumidas neste

Contrato, pode, com o consentimento da outra, subcontratar partes da sua execução, desde que sejam partes acessórias, instrumentais ou auxiliares, que seja executado o processo de subcontratação na forma da lei e que a subcontratação não caracterize intermediação de serviços de uma Parte à outra.

16.1.1 A Parte que realizar subcontratação garantirá à outra Parte o acesso a informações sobre seus processos de subcontratação e também que o subcontratado não incorre em vedações, éticas ou jurídicas, que o inabilitariam a celebrar o presente Contrato, inclusive aquelas decorrentes da Política de Integridade ou Conformidade do SERPRO.

16.2 As Partes não se opõem à realização de outras parcerias de negócios, inclusive com outros parceiros, vinculadas a oportunidades idênticas ou similares.

16.3 Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer uma prerrogativa dele decorrente, exceto quando explicitada, não constituirá renúncia e não afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

16.4 A legislação brasileira regerá este Contrato.

16.5 Todas as comunicações e notificações feitas ou entregues, bem como instrumentos contratuais firmados, devem empregar o idioma português.

16.6 Aplica-se ao presente Contrato, inclusive aos casos omissos, o princípio da boa-fé objetiva.

16.7 Se alguma disposição deste Contrato for considerada inválida em razão de qualquer lei aplicável, esta invalidade não afetará as demais disposições, de modo que o Contrato terá efeito mesmo após a supressão da disposição invalidada.

16.8 Em caso de conflito entre o disposto neste Contrato e um de seus Anexos, prevalecerá o disposto em seu Anexo.

## **CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

### **ANEXO A – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

#### **1. FINALIDADE E CONDIÇÕES GERAIS DESTES ANEXOS**

1.1 O presente Anexo tem como finalidade firmar as condições e responsabilidades a serem assumidas pelas Partes no que se refere à aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

#### **2. DEFINIÇÕES**

2.1 Para efeitos deste Anexo, serão consideradas as seguintes definições:

2.1.1 Leis e Regulamentos de Proteção de Dados - Quaisquer leis, portarias e regulações, incluindo-se aí as decisões e as normas publicadas pela Autoridade Fiscalizadora competente, aplicável ao Tratamento de Dados Pessoais no território nacional e que sejam pertinentes ao Tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

2.1.2 LGPD ou Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e suas respectivas alterações posteriores.

2.1.3 Parceiro(s), Controlador(es) Parceiro(s) ou Parte(s) - São os signatários do Contrato, podendo, na sua execução, atuar como Controladores e/ou Operadores.

2.1.4 Serviço - Atividades e serviços que serão fornecidos ou realizados pelo Parceiro ou em nome dele, nos termos do Contrato.

2.1.5 Colaborador(es) - significa qualquer empregado, funcionário ou terceirizados, representantes ou prepostos, remunerado ou sem remuneração, em regime integral ou parcial, que atue em nome das Partes e que tenha acesso a Dados Pessoais e/ou Dados Pessoais Sensíveis, por força da prestação dos

serviços.

2.1.6 Incidente de Segurança da informação – significa um evento ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a própria segurança da informação, a privacidade ou a proteção de dados pessoais.

2.1.7 Autoridades Fiscalizadoras - significa qualquer autoridade, inclusive judicial, competente para fiscalizar, julgar e aplicar a legislação pertinente, incluindo, mas não se limitando, à ANPD.

2.2 Os termos - “Tratamento”, “Dado Pessoal”, “Dado Pessoal Sensível”, “ANPD”, “Titular”, “Relatório de Impacto à Proteção de Dados”, “Controlador” e “Operador” terão, para os efeitos deste Anexo, o mesmo significado que lhes é atribuído na Lei nº 13.709/18.

2.2.1 Para os efeitos deste Anexo, os Parceiro serão controladores, competentes para tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

2.3 As partes comprometem-se a proteger os direitos fundamentais da liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observando-se, em especial, o disposto nas Leis 13.709/2018 e 12.965/2014.

### **3. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

3.1 São deveres dos Parceiros:

3.1.1 Realizar o tratamento de dados pessoais com base nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 e/ou Capítulo IV da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e responsabilizar-se: (i) pela realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular; (ii) pela compatibilidade no tratamento com as finalidades informadas; (iii) pela definição da forma de

tratamento dos referidos dados, informando ao Titular que seus dados pessoais são compartilhados na forma prevista neste Contrato.

3.1.2 Acaso, a exclusivo critério de qualquer dos Parceiros, realize tratamento de dados pessoais baseado em "consentimento" (Arts. 7º, I ou 11, I da LGPD), responsabilizar-se-á pela guarda adequada do instrumento de consentimento fornecido pelo Titular, e deverá informá-lo sobre o uso compartilhado de seus dados, visando atender às finalidades para o respectivo tratamento.

3.1.2.1 Deve ainda, compartilhar o instrumento de consentimento com a outra Parte, quando solicitado, para análise da conformidade e para outras estritamente necessárias à correta execução do contrato, e também visando atender a requisições e determinações das autoridades fiscalizadoras, Ministério Público, Poder Judiciário ou Órgãos de controle administrativo.

3.1.3 Garantir que o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, e utilizá-lo, quando for o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD.

3.1.4 Cooperar com a outra Parte no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

3.1.5 Comunicar em até dez dias ao Parceiro, o resultado de auditoria realizada pela ANPD que diga respeito ao serviço em questão e na medida em que se refiram aos dados do Parceiro, que deverão ser corrigidos, em um prazo razoável.

3.1.6 Informar imediatamente ao Parceiro quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato;

3.1.7 Abster-se de responder a qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do Titular, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

3.1.8 Informar imediatamente ao Parceiro, sempre que envolver a solução tecnológica objeto do presente contrato, assim que tomar conhecimento de:

a) qualquer investigação ou apreensão de dados pessoais sob o controle da outra Parte por servidores do Governo ou qualquer indicação específica de que tal investigação ou apreensão seja iminente, bem como, quaisquer outros pedidos oriundos desses servidores;

b) qualquer informação que seja relevante em relação ao tratamento de Dados Pessoais da outra parte; e

3.2 O subitem anterior interpreta-se em consonância com o detalhamento do serviço e as responsabilidades das partes previstas neste Contrato e seus demais anexos.

#### **4. DOS COLABORADORES DOS PARCEIROS**

4.1 Os Controladores Parceiros assegurarão que o tratamento dos Dados Pessoais da outra Parte fique restrito aos colaboradores que precisam efetivamente tratá-los, com o objetivo único de alcançar as finalidades definidas no contrato indicado no preâmbulo, bem como que tais colaboradores:

4.1.1 Tenham recebido treinamentos referentes aos princípios da proteção de dados e às leis que envolvem o tratamento.

4.1.2 Tenham conhecimento das obrigações contratadas, incluindo as obrigações do presente documento.

4.2 Todos os Colaboradores dos Controladores Parceiros, bem como os em exercício na Empresa, são obrigados a guardar sigilo quanto aos elementos manipulados, incluindo os que envolvam dados pessoais.

#### **5. DOS COOPERADORES**

5.1 Os Controladores Parceiros concordam que, nos termos da Lei, e para atender a finalidade contratual, firme-se parcerias com outros provedores para a integração dos serviços em nuvem. Ainda assim, as Partes têm a obrigação de celebrar contratos adequados e em conformidade com a LGPD e adotar medidas de controle para garantir a proteção dos dados pessoais, aderentes aos requisitos de boas práticas e segurança aplicadas.

5.2 Uma Parte notificará previamente à outra, caso deseje adicionar ou remover algum dos provedores parceiros.

## **6. DA SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS**

6.1 Os Parceiros adotarão medidas de segurança técnicas e administrativas adequadas a assegurar a proteção de dados (nos termos do artigo 46 da LGPD), de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos Dados Pessoais tratados e mitigar possíveis riscos. Ao avaliar o nível apropriado de segurança, deverão levar em conta os riscos que são apresentados pelo Tratamento, em particular aqueles relacionados a potenciais incidentes de segurança, identificação de vulnerabilidades, e adequada gestão de risco.

6.2 Os dados pessoais tratados deverão ser mantidos sob programas de segurança (incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos), elaborados visando (a) proteção contra perdas, acessos ou divulgação acidentais ou ilícitos; (b) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e (c) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares. Deverá ser designado um ou mais empregados para coordenar e para se responsabilizar pelo programa de segurança da informação, que inclui a garantia de cumprimento de políticas internas de segurança da informação.

6.3 Em caso de Incidente de Segurança, inclusive de acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda de dados pessoais por algum dos Parceiros, independentemente do motivo que o tenha ocasionado, uma Parte comunicará à Outra imediatamente a partir da ciência do incidente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora

da ciência pela Parte; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de Titulares afetados; (v) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vi) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes. Caso não se disponha de todas as informações ora elencadas no momento de envio da comunicação, o Parceiro deverá enviá-las de forma gradual, de forma a garantir a maior celeridade possível, sendo certo que a comunicação completa (com todas as informações indicadas) deve ser enviada no prazo máximo de 5 dias a partir da ciência do incidente.

6.4 Fica estabelecido que as Partes não informarão a nenhum terceiro a respeito de quaisquer incidentes, exceto quando exigido por lei ou decisão judicial, hipótese em que uma Parte notificará à Outra e cooperará no sentido de limitar o âmbito das informações divulgadas ao que for exigido pela legislação vigente.

## **7. DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS**

7.1 As transferências de Dados Pessoais para um terceiro país, ou seja, um país diferente daquele em que os Dados Pessoais são disponibilizados, são permitidas somente quando tais transferências forem estritamente necessárias para a execução do Contrato e de acordo com as condições e os limites estabelecidos a seguir:

7.2 Um Parceiro deverá notificar o outro, sem demora indevida, de quaisquer intenções de transferências permanentes ou temporárias dos Dados Pessoais do Parceiro para um terceiro país e somente realizar tal transferência após obter autorização, por escrito, que pode ser negada a seu critério.

7.2.1 Essa notificação deverá conter informações detalhadas sobre para quais países as informações seriam transferidas e para quais finalidades.

7.3 Quando a transferência for solicitada ou necessária para a prestação dos Serviços (mediante prévia autorização, por escrito, do Contratante), a Parte

deverá adotar os mecanismos de transferência internacional pertinentes (incluindo, quando aplicável, as futuras cláusulas padrão aprovadas pela ANPD para Transferência Internacional de Dados Pessoais, sempre que estiverem disponíveis, ou, quando aplicável, cláusulas contratuais exigidas por países destinatários).

## **8. DA EXCLUSÃO E DEVOLUÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO CONTRATANTE**

8.1 As partes acordam que, quando do término da vigência do contrato envolvendo o Tratamento de Dados Pessoais, prontamente darão por encerrado o tratamento e, em no máximo 30 dias, serão eliminados completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando necessária a manutenção dos dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese autorizativa da LGPD.

## **9. DAS RESPONSABILIDADES**

9.1 Eventuais responsabilidades das Partes, serão apuradas conforme estabelecido no corpo deste Anexo, no contrato em que ele se insere e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## **10. DOS DIREITOS DOS TITULARES**

10.1 Os direitos dos Titulares dos Dados Pessoais previstos nas legislações que versem sobre dados pessoais, serão atendidos pela Parte que for responsável por decidir se e como eventuais requisições dos Titulares deverão ser atendidas. Caso algum Titular de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, faça sua requisição à Parte não responsável, como por exemplo, solicite a retificação, atualização, correção ou acesso aos seus dados pessoais, esta requisição será encaminhada imediatamente à outra Parte, para que esta proceda com o atendimento da requisição feita.

10.2 No caso de uma requisição de exclusão dos Dados Pessoais pelos Titulares, a Parte responsável poderá mantê-los em seus sistemas, caso haja qualquer base legal ou contratual para a sua manutenção, como por exemplo,

para resguardo de direitos e interesses legítimos do próprio Contratado.

10.3 Para os serviços descritos neste contrato, as Partes deverão adotar as salvaguardas de segurança descritas no item 6 e as medidas de transparência previstas na LGPD, em especial nos artigos 9º; 23, I e parágrafo 3º e capítulo III e no capítulo II da LAI.

## 11. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Sem prejuízo de eventuais disposições sobre mediação e jurisdição:

11.2 Prevalecem as cláusulas e disposições do Contrato, naquilo que não conflitam com o disposto neste Instrumento.

10.3 As partes ajustarão variações a este Anexo que sejam necessárias para atender aos requisitos de quaisquer mudanças nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados.

10.4 Caso qualquer disposição deste Termo seja inválida ou inexecutável, o restante deste Termo permanecerá válido e em vigor. A disposição inválida ou inexecutável deve ser (i) alterada conforme necessário para garantir a sua validade e aplicabilidade, preservando as intenções das partes o máximo possível ou, se isso não for possível, (ii) interpretadas de maneira como se a disposição inválida ou inexecutável nunca estivesse contida nele.

**CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO****ANEXO B - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS****1. FINALIDADE E CONDIÇÕES GERAIS DESTE ANEXO**

1.1 O presente Anexo tem como finalidade firmar as condições e responsabilidades básicas a serem assumidas pelas Partes específicas do objeto deste contrato, conforme Plano de Negócio Preliminar a ser compartilhado.

1.2 As condições e responsabilidades específicas serão firmadas após a elaboração em conjunto do Plano de Negócios Definitivo vinculado a uma demanda de solução RPA de CLIENTE POTENCIAL, sendo que, havendo manifestação de interesse deste, SERPRO e PARCEIRO celebrarão aditivo a este contrato, cujo objeto será a exploração do negócio relacionado à solução de RPA àquele CLIENTE.

**2. DAS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO OBJETO DESTE CONTRATO**

2.1 A solução de Automação Serpro conta com uma série de serviços que permitem a transformação de processos manuais para processos automatizados, a sua continuidade e evolução contínua, com o menor impacto possível no processo a ser automatizado.

2.2 O serviço poderá ser oferecido aos Clientes Serpro em duas modalidades:

- **ON PREMISE** - é aquele em que o SERPRO tem a responsabilidade de processar as aplicações de hardware e software. Em outras palavras, toda a infraestrutura, instalação, customização, configuração e atualização são realizadas internamente nos ambientes do SERPRO.
- **EM NUVEM (SaaS)** - é aquele em que os servidores em nuvem ou Cloud Servers (SaaS) são contratados como um serviço junto a um provedor que

se responsabiliza por toda a infraestrutura, manutenção e recursos periféricos.

### **3. DA JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

3.1 A implantação dos projetos de RPA para cada cliente será composta por uma jornada de transformação digital, executada em cada processo selecionado e pré analisado.

3.2 A jornada será composta por 6 (seis) fases, a saber:

#### **3.2.1 Fase 01 – PREPARAÇÃO**

3.2.1.1 Inventário dos processos: Levantamento de processos de trabalho a serem automatizados junto à área responsável.

Entregáveis previstos: Ata de reunião, lista de processo levantados (Inventário), lista de processos priorizados/Roadmap.

3.2.1.2 Planejamento e comunicação de mudanças: Detalhamento das ações para automação dos processos.

Entregáveis previstos: cronograma macro de atuação e matriz de comunicação (pessoas, responsabilidades, envolvidos, áreas etc).

#### **3.2.2 Fase 02 – DESENHO DA SOLUÇÃO**

3.2.2.1 Criação do documento com a descrição dos processos a serem automatizados e aprovação pelo Gestor Técnico: Elaboração da documentação dos processos que serão robotizados e aprovação junto à área de interesse.

Entregáveis previstos: Ata de reunião, lista de processos levantados.

3.2.2.2 Criação do cenário de teste: Criação do ambiente para testes dos robôs.

Entregáveis previstos: Documentação da criação do ambiente.

3.2.2.3 Arquitetura dos processos e robôs: Desenho da arquitetura técnica para implantação dos robôs.

Entregáveis previstos: Documentação de arquitetura técnica.

3.2.2.4 Revisão de segurança e infraestrutura de TI: Avaliação técnica sobre a arquitetura gerada, considerando os requisitos de hardware/software, e segurança.

Entregáveis previstos: Documentação com os resultados da avaliação e proposição de melhorias de infra e segurança caso existam.

3.2.2.5 Criação de desenho da solução: Desenho completo da solução, com as tecnologias necessárias para a criação dos robôs.

Entregáveis previstos: Documentação com o desenho completo da solução.

### 3.2.3 Fase 03 – CONSTRUÇÃO

3.2.3.1 Preparação dos dados de teste: Criação de massa de dados para teste para desenvolvimento e homologação.

Entregáveis previstos: Documentação com todos os acessos aos dados (conexões, usuários, senhas).

3.2.3.2 Automatização do processo: Desenvolvimento da automação dos processos.

Entregáveis previstos: Robô, código fonte do robô.

3.2.3.3 Validação de mudanças e avaliação do impacto: Levantar as possíveis necessidades de mudanças que foram encontradas durante o desenvolvimento e testes.

Entregáveis previstos: Documentação com as mudanças levantadas.

3.2.3.4 Preparação do ambiente de testes: Construir ambiente para o usuário realizar os testes de validação.

Entregáveis previstos: Documentação com as informações do ambiente.

3.2.3.5 Atualização da documentação: Atualização do desenho completo da

solução, com tecnologias necessárias para a criação dos robôs.

Entregáveis previstos: Documentação atualizada com o desenho completo da solução.

#### 3.2.4 Fase 04 – TESTES

3.2.4.1 Execução dos testes de aceitação do usuário: O teste de aceitação do usuário consiste em um processo de verificação de que a solução funciona para o usuário. Não é um teste do sistema (garantindo que o software não trava e atenda aos requisitos documentados), mas garante que a solução funcione para o usuário (ou seja, testa se o usuário aceita a solução).

Entregáveis previstos: Documentação atualizada com o desenho completo da solução.

3.2.4.2 Correção de erros: Correção de possíveis erros do robô em relação ao funcionamento do robô e a sequência do processo.

Entregáveis previstos: Robô, código fonte do robô.

3.2.4.1 Coordenação dos testes e registros dos resultados: Organizar os resultados alcançados com o teste do desenvolvimento do robô e preparar para a migração para o ambiente de produção.

Entregáveis previstos: Documento com os resultados e orientações para migração para o ambiente de produção.

#### 3.2.5 Fase 05 – IMPLANTAÇÃO/PRODUÇÃO

3.2.5.1 Execução em produção: Executar os robôs na produção.

Entregáveis previstos: Robô instalado em ambiente de produção e documentação com as informações da instalação (Máquina, usuário, etc.).

3.2.5.2 Monitoramento de produção: Monitoramento completo dos robôs em produção.

Entregáveis previstos: Dashboard com dados de monitoramento do robô, com

informações diversas sobre funcionamento, performance, erros, logs, etc.

3.2.5.3 Documentação das lições aprendidas: Levantamento das lições aprendidas para evolução do processo de qualidade cíclica.

Entregáveis previstos: Documento com as lições aprendidas e direcionamento para os responsáveis para sua análise e correção.

3.2.5.4 Acordo de nível de serviço: Definição dos níveis e tempos de serviços de atendimento. Os tempos serão definidos em tempo de projeto, pela definição das prioridades do projeto.

Entregáveis previstos: Detalhamento dos Níveis de atendimento, plano de comunicação de atendimento com as áreas, tempos de acordo de nível de serviço (ANS).

### 3.2.6 Fase 06 – MELHORIA CONTÍNUA/SUSTENTAÇÃO

3.2.6.1 Avaliação de desempenho: De posse dos dados de monitoramento, orientar a melhoria contínua e processos de qualidade de avaliação do desempenho dos robôs e dos resultados alcançados.

Entregáveis previstos: Documentação com as informações de monitoramento, indicadores para orientar o processo de melhoria contínua.

3.2.6.2 Monitoramento de mudanças: De posse dos dados de monitoramento, orientar a melhoria contínua dos processos e robôs, baseado nas necessidades de mudanças encontradas.

Entregáveis previstos: Documentação com as informações de necessidade de mudanças.

3.2.6.3 Acompanhamento e tutoria: O serviço de Operação Assistida é composto por um conjunto de atividades que permitirão o repasse de conhecimento e capacitação da equipe do SERPRO para utilização dos serviços relacionados às atividades, transferindo todo o conhecimento e experiência necessária para a operação (equipamentos, sistemas ou plataformas de serviços).

Entregáveis previstos: Tutorias, capacitações, e elaboração de relatórios de atividades detalhando os procedimentos realizados e eventuais ajustes, se necessário.

3.2.6.4 Medição dos resultados esperados x reais (ROI - Retorno sobre o investimento): Levantamento de indicadores para produção do antes e depois da aplicação dos robôs, para subsidiar a alimentação do ROI.

Entregáveis previstos: Dashboard com dados de resultados alcançados, horas economizadas, valores economizados etc.

#### **4. ATRIBUIÇÕES DO SERPRO**

4.1 O SERPRO é responsável pela prospecção preliminar e contratação junto aos clientes governamentais.

4.2 O SERPRO é responsável pela construção dos componentes de integração na plataforma de RPA entre os robôs e os serviços internos do SERPRO, sempre que necessário.

4.3 O SERPRO é responsável pelo levantamento das necessidades dos clientes na fase de PREPARAÇÃO, contando com o apoio da PARCEIRA caso necessário.

4.4 O SERPRO é responsável pela fase de MELHORIA CONTÍNUA/SUSTENTAÇÃO, contando com o apoio da PARCEIRA, caso necessário.

4.4.1 O SERPRO será responsável pelo atendimento a clientes em primeiro nível.

#### **5. ATRIBUIÇÕES DA PARCEIRA**

5.1 Quando oferecida solução RPA EM NUVEM, o PARCEIRO será responsável pela instalação e customização da solução em nuvem pública ou privada sendo dele a responsabilidade pela instalação, configuração e manutenção da solução **Serviços de Automação SERPRO**.

5.2 O PARCEIRO é responsável pelo atendimento e suporte técnico em

segundo e terceiro nível no ambiente que compõe a solução do Cliente SERPRO, obedecendo os níveis de acordo de serviço estipulados entre as partes.

5.3 O PARCEIRO é responsável pelo repasse de conhecimento time ao SERPRO das tecnologias de RPA utilizadas, assim como dos processos que foram automatizados.

5.5 O PARCEIRO é responsável, em regra, pela execução das fases 2 a 5 da jornada de transformação digital, detalhada no item 3 deste contrato.

## **6. DO VALOR E DA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA**

6.1 O presente Contrato de Parceria não cria obrigações onerosas, sob o aspecto financeiro, de forma imediata.

6.2 Os valores a serem cobrados de cada cliente serão definidos a cada demanda de solução RPA tendo em vista a necessidade de levantamento dos custos do projeto.

6.3 Ficará a cargo do SERPRO a transferência dos valores devidos à PARCEIRA, conforme acordado em aditivo contratual.

6.4 O SERPRO recolherá os tributos devidos, que decorram diretamente da execução do objeto da parceria, sobre o “valor cheio” recebido dos clientes.

6.5 A PARCEIRA será responsável pelos tributos que lhe couberem por legislação Federal, Estadual ou Municipal, sobre a parte que lhe couber.

6.6 Em caso de multa ou qualquer outra penalidade aplicada pelos clientes, haverá apuração entre SERPRO e PARCEIRA, de forma que seja assumida a responsabilidade de forma proporcional a suas faltas.

## **7 VIGÊNCIA DESTE CONTRATO**

7.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 meses a partir da data da sua celebração, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

7.1.1 Eventual prorrogação deverá ser antecedida de reavaliação, por parte do

SERPRO, da vantajosidade da parceria, incluindo reexame das condições que justificaram a celebração deste contrato.

## **CONTRATO ASSOCIATIVO DE PARCERIA EM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO**

### **ANEXO C – MATRIZ DE RISCOS**

(elaborar a cada caso)

O conteúdo deste anexo, destinado a contemplar matriz de riscos específica do negócio, será, a seu tempo, objeto de negociação entre o SERPRO e a parceira, à exceção daquilo que for vedado por princípios da Administração Pública ou pelo Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do SERPRO.